

TRABALHADORES E POLÍTICAS PÚBLICAS ENERGÉTICAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Gisélia Maria Campos Ribeiro¹

Resumo: Nesta comunicação socializo apontamentos de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em história da UFU, cujo foco é a investigação das transformações sociais decorrentes da instalação da UHE Candonga entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, ambos situados na Zona da Mata mineira. Trata-se de problematizar o fundamento da lógica capitalista – a transformação das relações sociais sob a roupagem de progresso – a partir da interpretação dos significados que os trabalhadores expropriados de São Sebastião do Soberbo (área inundada) e regiões vizinhas atribuem às transformações de suas vivências. A perspectiva de discutir os impactos das transformações nos seus múltiplos vieses, a desconstrução da noção de “desenvolvimento” associada ao empreendimento hidrelétrico e a busca por compreender a tessitura da hegemonia são questões que norteiam o desenvolvimento da pesquisa.

As questões discutidas nesta comunicação são parte de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Portanto, as reflexões apresentadas restringem-se a apontamentos e inquietudes inerentes às atividades desenvolvidas nos últimos três anos.

A pesquisa tem como problemática a investigação do processo histórico de disputas entre trabalhadores rurais, autoridades locais e as empresas Cia. Vale do Rio Doce e Novelis em torno da construção da hidrelétrica Candonga, posteriormente denominada Risoleta Neves. Trata-se de apreender como os trabalhadores expropriados reconstróem modos de vida e trabalho em meio a sentimentos de perdas.

Influenciada pelo conceito de hegemonia forjado por Antônio Gramsci, faz-se necessário esclarecer que as lutas sociais que perpassaram o processo de transformações investigado não se constituíram num movimento unívoco. Ao contrário, traduzem um terreno dinâmico e contraditório de alternativas no qual é perceptível a correlação de forças se alterando tanto a favor dos trabalhadores quanto (e principalmente) dos empresários capitalistas, expressando a oposição e complementaridade de interesses em jogo.

Ao iniciar o diálogo com as fontes, sobretudo, os documentos produzidos pelas empresas concessionárias e jornais locais, percebo que há em muitos aspectos, silêncios sobre algo que está sendo vivido por essas pessoas no presente. Nesse sentido, sinto o dever de tornar evidentes essas presenças ainda que estejam ausentes na memória empresarial e nos jornais. Penso ser este o papel da historiografia: deixar evidências sobre como essas pessoas se fazem presentes na sociedade, ainda que outros registros não evidenciem de forma direta tais presenças.

1

¹ Professora do Instituto Federal de Goiás, Licenciada em História (UFV), Mestre em História Social (UFU), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. giseliamaria.campos@gmail.com

A perspectiva de prospecção conduziu-me a tomar como ponto de partida para investigar esse processo, em suas desigualdades e contradições, a interpretação dos sentidos que os trabalhadores deslocados compulsoriamente para Nova Soberbo atribuem às transformações sociais, econômicas e culturais vividas através de suas narrativas.

O diálogo com George Rudé sinalizou novas formas de ler e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem ao passado, sem incorrer no equívoco de construir idealizações sobre o tempo vivido em São Sebastião do Soberbo antes da construção da usina. Ao cunhar a noção de “crenças inerentes” nos possibilita perceber que o “inerente”, que entendemos por “tradição”, não significa necessariamente algo congelado no passado, nem muito menos o reduto incontaminável da cultura de um só grupo.

Portanto, é importante observar duas coisas: não existe tábula rasa no lugar da mente, onde se possam inscrever novas idéias e onde não houvesse idéias antes (noção cara aos que falam de “massa ignara”); também não existe qualquer coisa como uma progressão automática das “idéias simples” para as mais sofisticadas[...] Mas é igualmente importante compreender ...que não há nenhuma Muralha da Babilônia dividindo os dois tipos de ideologia, de modo que não se pode descrever simplesmente a segunda como sendo “superior” ou de mais alto nível do que a primeira. Há, de fato, uma coincidência considerável entre elas. Por exemplo, entre as “crenças inerentes” de uma geração, e como parte de sua cultura básica, há muitas derivadas originalmente de outras crenças externas, por gerações anteriores...(RUDÉ,1982:p.25-26)

Na passagem supracitada, Rudé nos faz avançar noutro aspecto: ao advertir-nos sobre nossos posicionamentos político e ético diante das experiências vividas que buscamos investigar, nos instiga problematizar e romper com um determinado “olhar intelectual”, normalmente, hierárquico, envolto de superioridade, tendencioso a ver nas “crenças inerentes” traços de irracionalidade, inferioridade.

A esse respeito também refletiu E.P.Thompson em seu texto “Educação e Experiência” ao advertir-nos sobre um frequente desequilíbrio entre rigor intelectual e respeito pela experiência (do outro). Acompanhando esse movimento entre “Educação e Experiência” deixa-nos de certa forma angustiados, porque nos incita repensar nosso posicionamento diante de tal relação, sobretudo, diante das narrativas que produzimos, suscitando indagações do tipo: Qual é o uso que fazemos da “experiência” na escrita da história e na educação? O que entendemos por “experiência”? Temos respeitado a dialética que envolve essa relação?

Nesse sentido, para não perpetuarmos o desequilíbrio na relação entre “academia” e “experiência” Rudé e Thompson nos instigam a perceber o significado que as pessoas conferem às suas práticas em meio aos limites históricos e pressões sociais. É essa dinâmica do processo histórico vivido que busco apreender para torná-la visível.

Para investigar o processo de transformações vivido em seus múltiplos vieses, uma gama variada de documentos históricos tem sido pesquisada, composta por narrativas orais com trabalhadores expropriados e representante das empresas concessionárias, boletins informativos “Candonga” e “Catálogo Café com História”(tanto os boletins informativos, quanto o catálogo foram produzidos pelos técnicos a serviço das empresas

concessionárias como forma de obter consenso), EIA/RIMA, documentos produzidos pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), processos jurídicos, jornais de circulação local (a exemplo, Folha de Ponte Nova) e fotografias.

Sob influência dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados por Yara Khoury no trabalho com as fontes orais, minha perspectiva foi trabalhar as diferentes narrativas não como “representações do real”, mas enquanto “práticas sociais”. A postura de lidar com as narrativas orais enquanto “práticas sociais” estende-se no trato com as demais fontes e encontra-se estritamente vinculada com a perspectiva pela qual Yara nos convida a lidar com a noção de sujeito histórico. Trilhando esse caminho teórico-metodológico encarei os trabalhadores de Nova Soberbo não da perspectiva liberal, enquanto sujeitos isolados, mas enquanto “*sujeitos que se fazem socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao mesmo tempo em que são moldados por ela.*”(KHOURY, 2006.p.27)

Nessa direção, busco dialogar com as fontes pesquisadas na perspectiva de que são “linguagens” constitutivas do real, rompendo com a concepção positivista de documento histórico:

[...] o uso do termo “linguagens” como um sinônimo de fontes expressa uma reação a uma concepção positivista de fonte, que a vê de maneira estática, como algo dado, e a explora em sua dimensão mais informativa. Entendendo as fontes como práticas e expressão das práticas sociais, imbrincadas no fazer-se da experiência social, articuladas ao movimento da história, por meio das quais buscamos explorar e compreender o trabalho da consciência e da memória dos sujeitos históricos, dando significados e sentidos à transformação histórica que se forja nas lutas cotidianas.(KHOURY, 2006:p.28)

A construção da usina hidrelétrica Candonga foi acompanhada pelo movimento de desconstrução de modos de vida que culminou na desapropriação de centenas de trabalhadores rurais não só do distrito de São Sebastião do Soberbo, mas também de outros cujos modos de vida se desenvolviam às margens do rio Doce e no entorno da região diretamente inundada. Esses últimos vivenciam após 8 anos de operação da hidrelétrica a fase mais crítica de suas vidas pois, embora alijados dos seus modos de trabalho e vida, não foram reconhecidos pelas empresas concessionárias dentro da denominação técnica “atingidos”. Na visão reducionista das empresas concessionárias, o conceito “atingido” restringe-se apenas ao trabalhador anteriormente possuidor de títulos de propriedade, evidenciando que do ponto de vista da Cia Vale do Rio Doce e da Novelis do Brasil o que está em questão são as propriedades e não as vidas envolvidas.

Nessa direção, o Estado brasileiro, através de suas agências e agentes, respaldado no “novo modelo do setor energético”² publicizado pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, transferiu para as empresas privadas Cia Vale do Rio Doce e a

Novelis do Brasil a concessão de serviços públicos de energia elétrica sob o invólucro da “utilidade pública” do empreendimento.

Cabe ressaltar a influência do conceito ampliado de Estado forjado por Gramsci e reiterado por pesquisadores do núcleo de pesquisa “Estado e poder: sociedade civil” da Universidade Federal Fluminense para os quais, o conceito de Estado não encontra-se restrito ao significado simplista de sociedade política. Nesse sentido, o Estado é aqui compreendido não como “ente” que paira sobre a sociedade e a domina, nem muito menos do ponto de vista maniqueísta que o reduz a “objeto” das classes dominantes para impô-lo coercitivamente seu poder e consolidar seus interesses.

Há nessa concepção ampliada de Estado o propósito de operar um deslocamento em relação às concepções liberais de Estado que ora o interpretam como sujeito, ora como objeto, para uma noção mais complexa, que sugere compreendê-lo enquanto “relação social”:

A fala que se pretende legítima sobre a questão do Estado no Brasil, de viés claramente liberal, assenta-se numa estrutura argumentativa quase sempre desqualificadora da ação pública, posto que “atavicamente” marcada pelo desperdício, corrupção, pela hipertrofia das próprias agências estatais, em suma. E na medida em que tais “denúncias” extrapolam, em muito, os meios empresariais e acadêmicos, elas encontram na mídia uma espécie de “caixa de ressonância” capaz de consolidar uma expressiva padronização acerca das visões sobre o Estado no país, transformado numa espécie de “ser reificado” ou então numa enorme e complexa “engrenagem de aparelhos” que paira acima da sociedade, “criando-a” e “recriando-a”. Encontramo-nos, dessa feita, diante do “Estado Sujeito” de que nos fala Poulantzas, imune e infenso a conflitos e movimentos sociais os mais variados [...] É bom que se diga, a bem da verdade, que o maniqueísmo inerente à matriz liberal de concepção do Estado [...] se faz presente, igualmente, junto a alguns estudos marxistas – mais ortodoxos ou reducionistas – que focalizam o Estado como Objeto privilegiado da dominação de interesses de uma classe ou fração específica. Por certo há distinções entre esta abordagem e a matriz liberal, sobretudo pelo fato da primeira admitir que a sociedade humana é coletiva, histórica e classista. Entretanto, supor o monopólio do Estado por uma única classe ou fração tem resultados igualmente empobrecedores e restritivos das reflexões sobre o tema. (MENDONÇA, 2005:p.9,10)

Influenciada por esse pressuposto percebi que investigar o papel do Estado nesse processo, não significa compilar as políticas públicas energéticas ou analisar a legislação em si mesma, como reflexos de um Estado impermeável por conflitos. Ao contrário, trata-se de partir das relações conflituosas da sociedade civil através de seus sujeitos e entidades de classe - MAB, processos jurídicos encabeçados pelos mais diferentes sujeitos com diversas reivindicações, representantes do poder político local, órgãos responsáveis pelo processo jurídico de licenciamento.

O próprio discurso difusor da imagem de progresso traz evidências do caráter relacional do Estado e, logo, não deve ser visto como elaborado “externamente” e imposto de forma coercitiva pela empresa e pelos órgãos estatais. Trata-se de um discurso elaborado a partir de condições sociais propensas à sua aceitação. Afinal de contas, a proposta de geração de renda, energia, trabalho e desenvolvimento – num país onde muitos vivenciam dificuldades para suprir a própria existência devido às desigualdades sociais gritantes – é “chão fértil” para a construção e difusão da noção de progresso.

Embora fuja do escopo desta pesquisa escrever a história das empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga, faz-se importante ressaltar que a “Novelis do Brasil” foi incorporada em 2007 à Hindalco Industries Limited, a maior companhia mundial de laminados de alumínio que compõe um conglomerado indiano de multinacionais sob denominação “Adytia Birla”. As fusões entre grandes corporações capitalistas é parte de uma dinâmica global, impondo-nos a necessidade de compreender os significados políticos e históricos das ações das corporações capitalistas privadas nacionais e internacionais em nosso país.

A ideia de “globalização”, tão propalada no tempo presente, destituída de suas conotações teórico-metodológicas, é aqui compreendida enquanto relações vivas e complexas que não dizem respeito apenas à informação ou consumo, mas que envolvem também “tradições” que se constituem ao longo do tempo histórico.

Peter Linebaugh, a partir do debate no interior do marxismo, constitui fonte de inspiração para repensarmos a noção de “globalização”. Ao investigar o processo de acumulação de capital internacional às expensas do trabalho vivo no Atlântico, propõem-nos a compreensão do capitalismo enquanto processo de relações sociais, trazendo evidências de que o capitalismo já nasce globalizado e, portanto, a “globalização” não é um fenômeno exclusivo do século XX. Ao mesmo tempo, nos adverte para a necessidade de problematizar a ideia de “globalização” associada apenas à imagem de “comunicação imposta de cima”.

Milton Santos também nos permite avançar significativamente nessa discussão ao “destigmatizar” a ideologia produtora, difusora e reprodutora da “globalização”. Nesse procedimento de desnaturalização do discurso ideológico presente no mundo contemporâneo, o autor aproxima-se do nosso ofício de historiador, ao colocar conceitos em movimento, como o conceito de “aldeia global”, “espaço e tempo contraídos”, “velocidade”, “território”, “progresso”, “nação passiva”, “nação ativa”, entre outros.

O autor dessacraliza a ideologia da “globalização” impondo-nos a necessidade de pensá-la correlacionada à luta de classes e às lutas políticas. Nesse sentido, nos oferece uma interpretação esclarecedora sobre a lógica que pauta a atuação das empresas globais em nosso território e nos auxilia a compreender a “ação de desorganização” de modos de vida empreendida pela Novelis em parceria com a Vale do Rio Doce em São Sebastião do Soberbo:

Nesta fase da vida nacional, esse papel extraordinário da ditadura do dinheiro em estado puro acaba por mostrar-nos[...] que cada empresa tem interesses que somente se exercem a partir da desregulação dos outros; ajuda a organizar a empresa em questão e desorganiza tudo o mais. Em outras palavras, a presença das empresas globais no território é fator de desorganização, de desagregação, já

que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem suas necessidades individualistas, particularistas[...]

Em última análise é esse o resultado da influência do dinheiro em estado puro sobre o território. A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras[...] ela funciona a despeito de outros autores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia[...]

No caso do Brasil isso é grave, porque o fato de que jamais tivemos cidadãos faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com a rapidez com que se instala.(SANTOS,2011:p.21)

Ao investigar o significado dessas empresas globais em território nacional, Milton Santos nos possibilita também compreender como os seus projetos políticos e ideológicos acarretam, geralmente, no “*desfalecimento de uma política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas*”³(SANTOS,2008:p.15). Por outro lado, sua análise nos permite avançar na problematização da noção de “Estado mínimo” comumente divulgada em trabalhos que buscam explicar a política dita neoliberal:

Fala-se, igualmente, com insistência da morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2008.p.15)

A presença de um Estado que se faz presente para “*atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais*” e as ações de resistência dos trabalhadores a partir da sociedade civil, tornam-se evidentes no processo de construção da hidrelétrica Candonga. Basta lembrarmos que a entrada em operação da barragem Candonga em 2004 possibilitou às empresas concessionárias no ano de 2007 uma elevação de 10% para 60% da capacidade de geração de energia para seus próprios parques industriais⁴, embora haja toda uma campanha realizada no intuito de construir consenso em torno da ideia de que a iniciativa capitalista privada é boa para a nação.

É válido ressaltar que a Novelis do Brasil, multinacional do conglomerado indiano “Aditya Birla, com empresas subsidiárias e associadas em diversas localidades do

3

¹ SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15ªed.Rio de Janeiro: Record, 2008.p.15

4

¹ Dados pesquisados no livro: “Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga”, publicado em 2004 por meio de ação conjunta entre Justiça Global, MAB(Movimento dos Atingidos por Barragens)-Regional Ponte Nova, CPT-MG (Comissão Pastoral da Terra)e NACAB(Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens da Universidade Federal de Viçosa)

mundo, é proprietária de uma indústria produtora de alumínio, no município de Ouro Preto/MG, distando cerca de 100 km da barragem Candonga.

Esses dados nos permitem evidenciar que desde o processo inicial de negociação, a maximização dos lucros das empresas concessionárias aparece interligada ao projeto de construção da hidrelétrica. Ao mesmo tempo em que nos possibilitam compreender a estratégica proximidade da sucursal da Novelis em relação à usina Candonga, que muito contribuiu para ampliar a capacidade de geração de energia elétrica para a produção de alumínio desta multinacional.

A construção da hidrelétrica Candonga, embora legitimada pela linguagem dos “direitos humanos” e apresentada na memória empresarial como sinônimo de progresso, geração de trabalho, renda e energia elétrica, ocorreu em detrimento dos direitos de muitos trabalhadores e é significada geralmente em suas narrativas, como sentimento de perda.

Considerando que o processo investigado, continua em disputas no tempo presente, envolvendo múltiplos interesses e vozes dissonantes, utilizo pseudônimos para os trabalhadores entrevistados como forma de preservar suas identidades. A opção de utilizar pseudônimos também se justifica pela necessidade de proteção do direito à vida dos trabalhadores entrevistados, pois há nos jornais pesquisados e nas entrevistas denúncias do desaparecimento do trabalhador João Caetano dos Santos, popularmente conhecido em Nova Soberbo como “Gabundo”.

A narrativa de um dos irmãos de João Caetano dos Santos aponta para o fato de que João Caetano não consentiu em negociar a dinheiro “sua vida” com as empresas concessionárias, evidenciando valores que não são passíveis de indenização. O canteiro de obras da usina Candonga foi instalado dentro de sua propriedade e João Caetano dos Santos resistiu a deixar sua casa. Ele desapareceu em fevereiro de 2003 e até o momento presente essa história não foi desvelada pelas agências estatais responsáveis, permanecendo silenciada e obscurecida noutros documentos.

As reflexões desenvolvidas sobre a complexidade que envolve o campo das leis, realizadas por autores de influência marxista, tais como Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson norteiam o desenvolvimento desta pesquisa. Entendo o marxismo não como teoria supra-histórica, mas como método de análise da vida social, que torna imprescindível situar a história na “luta de classes”. Influenciada por Thompson e Hobsbawm, as políticas públicas destinadas ao setor energético ancoradas na legislação concedente de serviços públicos de energia elétrica, são pensadas enquanto espaços complexos de disputas e não meramente como aglomeração de leis positivadas em códigos escritos para fins estritamente de dominação, transcendente à existência dos sujeitos históricos.

No processo de transformações vivido pelos trabalhadores no submerso distrito de São Sebastião do Soberbo, há disputas entre direitos moralmente reconhecidos e direitos legalmente estabelecidos, evidenciando que os direitos endossados nas leis podem distinguir daqueles endossados pelas experiências. As narrativas do casal Francisco e Antônio, trabalhadores que resistiram a deixar São Sebastião do Soberbo, apontam para a coerção como um dos caminhos(embora não o único) utilizado pelas empresas concessionárias. Eles trazem evidências de que para consolidar o projeto hegemônico, houve operação policial arbitrária no dia 03 de maio de 2004, no intuito de “limpar a área” para enchimento do lago Candonga:

Francisco: Aí eles fizeram essas casa e aconteceu aquele dilúvio lá no Soberbo. Nesse meio tempo, saiu um muncado quando construíram a Nova Soberbo...saíram umas familia do Velho pro Soberbo Novo, mas porque isso aí eles injetaram algum dinheiro nessas pessoa pra fazê um fogo pra eles saí todo mundo. Mais acabô que ficô dezoito familia ainda inclusive no meio das dezoito família a gente tava, eu falei assim: “não, enquanto eles não liberá com todo mundo e acertá de acordo, direitinho, então eu vô ficá com eles aí dá no que der”. E deu mesmo! Deu o seguinte, porque juntaram...

Antônia: um tanto de poliça...

Francisco: eles levaram um bando de policial, foi um exército! ... Aí começô a desmoroná, inclusive eu tinha uma balsa, aí ela tava produzindo muito, inclusive meu menino trabalhava, quem tocava a balsa de garimpo era meus menino...

Antônia: Era o ganha pão nosso!

Francisco: Então era uma renda que a gente tinha né. Fui obrigado a parar a balsa, guardá nessa casa em Soberbo Velho. Aí o que que aconteceu? Quando deu esse dilúvio lá que eles levaram um bando de policiais lá achando que lá morava era bandido, teve uma quebradeira mais de tudo. Lá eu perdi minhas coisa, roupa de cama, mesa, cadeira, bicicleta dos meus menino, carroça...carroça de cavalo meu. Minha balsa me quebraram ela toda, me quebraram ela toda. Inclusive eles me processaram... Então nós fomo pra justiça mais por causa disso também. Um é perca de dentro de casa, que quando trouxeram nós pra qui, trouxeram nós só com a roupa do corpo, até os chinelo dos meus meninim que calçava tá tudo soterrado lá...⁵

No diálogo com as narrativas orais, torna-se evidente como os trabalhadores expropriados, diante da experiência da injustiça, constituem um espaço político além do institucionalmente permitido para refletir sobre as relações entre história, direitos humanos, política e ética.

Nessa direção, as narrativas nos permitem recompor o cenário sobre como as pessoas comuns criam suas estratégias de luta, nos chamando à necessidade de compreender como elas transitam na realidade, resistindo nem sempre de forma organizada, mas também através de protestos às vezes silenciosos.

A narrativa da senhora Ana Maria, embora única e pessoal, é representativa de milhares de trabalhadores para os quais os “direitos humanos” declarados em leis e propalados nas memórias produzidas pelas empresas concessionárias em seus boletins

⁷ Entrevista realizada com o casal Francisco (54 anos) e Antônia, 8 filhos, no dia 29 de janeiro de 2010. O diálogo não aconteceu somente entre mim e os entrevistados, mas também entre eles, evidenciando a “arte multivocal” das narrativas orais, resultantes da relação dialógica entre pesquisador-entrevistado. O conceito de “arte multivocal” foi forjado por Alessandro Portelli em sua obra “Ensaio de História Oral”, para referir-se à multiplicidade de vozes, tons e interesses que perpassam a produção das narrativas orais e a riqueza da história oral como um método de investigar o real que nos permite trazer à tona memórias negligenciadas e ocultadas em outros tipos de documentos.

informativos e catálogos, não se mostram operacionais no cotidiano, convertendo-se em meras abstrações. Indagada sobre seu modo de trabalho em São Sebastião do Soberbo, traz evidências de que obtinha o sustento de sua família a partir das atividades agrícolas e de garimpo, até a implantação da usina Candonga, quando o direito ao trabalho lhe fora negado:

Ana Maria: Eu trabalhava no garimpo, ali perto do...sabe o Soberbo Velho? Ali pra cima do, ali pra cima daquele rebojo quem cima. Aí a gente tirava ouro dali até quem cima da ponte...E ali na ponte também a gente tirava areia e tudo, pedra pra construir casa. Só que depois que eles chegaram a gente não pôde fazer mais nada. É tanto que as minhas coisa, minhas vasilha que eu tirava ouro ficô lá na beira do rio, eles jogaram tudo fora. Eu não sabia que eles ia chegá e fazê isso. Eu tava tirando, deixei lá, quando eu voltei no outro dia não achei mais nada: barco, bateia, banca, pano que ficô, jogaram tudo fora. Aí eu fui e num tirei ouro mais não. Aí eu vim embora. Depois que eu comecei a, falei assim: “_Ah, eu vou tirá lá em cima, mas também eu vi que num dava.” Nós paramo de uma vez e pegamo e ficamo na luta aí, até hoje nós tamo na luta...E nós num conseguiu nada até hoje. Não só eu, tem muitas pessoa aqui que é sem indenizá né. Aí depois nós, um dia nós fomo lá na, nós fomo fazê uma manifestação lá na FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Aí nós tava lá eles disse que tirá ouro é ilegal, é mesma coisa que plantá um pé de maconha na beira do rio. Quer dizê que comparou a gente mal né, pra falá desse jeito. É ilegal, mas isso era o sustento que as pessoa tinha, era o ganha pão que a gente tinha. Então a gente tinha era isso aí...⁶

Da narrativa supracitada duas questões fundamentais devem ser trazidas para o debate com a sociedade no tempo presente: a) os conflitos entre trabalhadores e políticas públicas destinadas ao setor elétrico no Brasil tem implicado perdas de sociabilidades e meios de sobrevivência b) as exigências humanas são submetidas a uma legislação que se mostra incompatível com os modos de trabalho dos pequenos agricultores, garimpeiros, pescadores, colocando em risco a reprodução da vida a partir do trabalho em Nova Soberbo e regiões vizinhas.

Aliados de seus modos de vida em virtude da construção de um projeto de hidreletricidade que consolidou interesses hegemônicos de corporações capitalistas privadas, o sentimento de injustiças vivenciado pelos trabalhadores os conduzem a questionar a legitimidade das instituições.

No momento da análise retrospectiva sobre o processo de expropriação dos moradores e trabalhadores rurais de Nova Soberbo e das comunidades às margens do rio Doce, o sentimento de angústia tornou-se inevitável diante das indagações que tenho feito sobre as expectativas e possibilidades de vida dessas pessoas no futuro. A

perspectiva de prospecção é, portanto, o que tem impulsionado as reflexões ora apresentadas.

Referências Bibliográficas:

- HOBBSBAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- KHOURY, Y. "O historiador, as fontes orais e a história." In: MACIEL, L.A. (et alii). *Outras histórias: memórias e linguagens*. SP: Olho d'água, 2006.
- LINEBAUGH, P. *Todas as Montanhas do Atlântico estremeceram*. In: Revista Brasileira de História. SP, vol.5,nº08,1984.
- MENDONÇA, Sônia Regina et alii. *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. RJ: EdUFF, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010
- RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. RJ: Zahar Editores, 1982.
- SANTOS, M. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. RJ: DP&A Lamparina. 3ª ed.2011
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15ªed.Rio de Janeiro: Record, 2008
- THOMPSON, E.P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução de Denise Bottmann. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.